

Anarquizar a clínica em defesa de outras vidas para a educação

Anarchizing the clinic in defense of other lives for education

Alexandre Filordi de Carvalho¹
Universidade Federal da Lavras
afilordi@gmail.com

Sílvio Gallo²
Universidade Estadual de Campinas
gallo@unicamp.br

Resumo: O objetivo do artigo é desenvolver a hipótese analítica de que a experiência da doença na clínica, uma vez perpassada por condições históricas e críticas, desenrolou-se paralelamente a uma concepção de vida e que, portanto, renunciou implicações para a concepção de biopolítica em Foucault. Para haver uma concepção de vida, outras tiveram de ser abandonadas. Em jogo encontra-se “o conjunto dos gestos pelos quais a doença, em uma sociedade, é envolvida, medicamente investida, isolada, repartida em regiões privilegiadas e fechadas, ou distribuída pelos meios de cura, organizados para serem favoráveis”. Conceberemos na ideia de “anarquizar” a clínica como possibilidade de romper com seus fundamentos, na direção da anarqueologia proposta por Foucault nas primeiras aulas de 1980, a possibilidade de uma resistência a esse processo. Daí, é necessária uma atitude de desconfiança a todo e qualquer poder, em sua origem mesma de normalização; desconfiar dos poderes sobre a vida que se construíram e se constroem em torno da clínica, colocando em questão seu fundamento (*arkhé*) significa colocar em questão as alianças entre a clínica e a biopolítica, pensando a educação.

Palavras-chave: Poder sobre a vida; clínica; biopolítica; educação; inclusão.

¹ Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil.

² Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

Abstract: The objective of the paper is to develop the analytical hypothesis that the experience of illness in the clinic, once permeated by historical and critical conditions, unfolded in parallel with a conception of life and that, therefore, foreshadowed implications for Foucault's conception of biopolitics. In order to affirm a conception of life, others had to be abandoned. At stake is "the set of gestures by which the disease, in a society, is involved, medically invested, isolated, distributed in privileged and closed regions, or distributed by means of cure, organized to be favorable". We will conceive in the idea of "anarchizing" the clinic as a possibility of breaking with its foundations, in the direction of the anarcheology proposed by Foucault in the first classes of 1980, the possibility of resistance to this process. Hence, an attitude of distrust of any power is necessary, in its very origin of normalization; distrusting the powers over life that were built and are built around the clinic, questioning its foundation (*arkhé*) means questioning the alliances between the clinic and biopolitics, thinking about education.

Keywords: Power over life; clinic; biopolitics; education; inclusion.

O nascimento da clínica e a estrutura da norma: questões iniciais

Quando começamos a ler *O nascimento da clínica*, a constante menção por Foucault à "estrutura" causa certa estranheza. São sabidas as inúmeras recusas, por sua parte, concernentes à pretensa filiação ao estruturalismo. Ainda assim, não apenas nesta obra de 1963, porém, em *A história da loucura*, de 1961, em *As palavras e a coisas*, de 1966, e com menor intensidade em 1969, com a publicação de *A arqueologia do saber*, a concepção de estrutura pulula.

A imediata relação feita à menção estrutura com o estruturalismo trouxeram tantas implicações para Foucault que em diversas entrevistas ele começou a se posicionar enfatizando que não era estruturalista. O aspecto mais radical foi a supressão da introdução original à *História da loucura* em sua reedição no começo dos anos de 1970, pois em cada parágrafo praticamente somos enlaçados pelo termo estrutura. De fio a pavio, estaríamos diante do esboço do amplo e complexo empreendimento foucaultiano de se fazer a história das "experiências fundamentais pelas quais uma cultura expõe os valores que lhe são próprios" (FOUCAULT, 2000, p. 228). Para tanto, o procedimento privilegiado recobria análises "não no nível de uma crônica de descobertas, ou de uma história das ideias, porém seguindo o encadeamento de estruturas fundamentais da experiência" (FOUCAULT, 2000, p. 653).

Loucura, sexualidade, saúde, trabalho, linguagem, vida, norma, verdade, para ficamos apenas nesses exemplos, podem ser anunciados como componentes das "estruturas fundamentais da experiência" de como, historicamente, fomos constituídos sendo o que somos, fazendo o que fazemos e pensando o que pensamos. A experiência em torno da clínica, para Foucault (2004, p. XVI, grifos originais), vai justamente revelar "a estrutura comum que recorta e articula o que se vê e o que se diz", anunciando as defasagens de como a norma clínica compartimenta, organiza e distribui as possibilidades de se enxergar tão somente o que ela é capaz de dizer. Seja como for, isso é suficiente para termos consciência das incontornáveis implicações acerca das experiências fundamentais que, historicamente, estão resguardadas nas linhas emergentes da

estruturção de nossa forma de ser e das possibilidades de agirmos também historicamente sobre elas, por sua vez, privilegiadas nas investigações de Foucault.

Nem por isso, contudo, trata-se de implicarmos Foucault de maneira radical ao rótulo de estruturalista. Em *Michel Foucault, estruturalismo e pós-estruturalismo*, François Dosse (1999, p. 205) não economizou tinta para sustentar que Foucault “situa-se de corpo inteiro na galáxia estruturalista, ainda que se trate de um estruturalismo particular, pois o estruturalismo de Foucault não se baseia na existência de estruturas”. O problema é tomar o termo estrutura como se fosse única e possivelmente compreensível à luz do estruturalismo. As artimanhas de Foucault eram outras. Nos anos de 1960, a concepção da descontinuidade histórica já rompia radicalmente com o estruturalismo, sem contarmos com a noção de acontecimento. Se é verdade que ele chegou a afirmar, em 1972, que “o estruturalismo e a história contemporânea são instrumentos teóricos graças aos quais se pode, contra a velha ideia de continuidade, pensar realmente a descontinuidade dos acontecimentos e a transformação das sociedades” (FOUCAULT, 2001, p. 1441), era mais para se distanciar das grandes filiações filosóficas de seu tempo: marxismo althusseriano, existencialismo, lacanismo etc. O que prevalece é essa tomada instrumental para compreendermos que as experiências da constituição de nossa sociedade também não estão destinadas a serem as mesmas, logo, nenhuma estrutura seria determinante em seu estado bruto.

Ao iniciarmos o artigo na perspectiva acima, queremos destacar a dimensão peculiar do que aqui nos interessa: em *O nascimento da clínica*, segundo a ênfase por nós escolhida, Foucault fez a história de como se estruturaram as condições de possibilidade da experiência médica que, com grandes contornos, se instalou de modo normativo como clinalização da existência e sua medicalização. Não obstante, a retomada desta história incide sobre a relevância de seu subtítulo: *uma arqueologia do olhar médico*, quase sempre deixada de escanteio. Ora, Foucault tratou de mostrar o percurso histórico de como a clínica, desde o final do século XVIII e consolidando-se no século XIX, interpôs para a experiência do “homem ocidental”, tal como ele sublinhava, feixes precisos e fundamentados em saberes cuja labialidade condicionou o modo de a clínica olhar para o que se deve olhar para curar, corrigir, normalizar, porém, ao mesmo tempo, extirpando, combatendo e antecipando-se ao que pudesse ameaçar o olhar normalizador do saber médico.

No século XXI, o “olhar médico”, hereditário desta mesma arqueologia, é pautado por um olho que tudo vê, no sentido praticamente orwelliano, ou seja, é mais invasivo no sentido da perquirição, como veremos a seguir, já que se intensifica pela técnica de exames computadorizados e desbravadores dos universos celulares. Rose (2011; 2013) soube bem atualizar as apostas da medicina nesse campo, todavia, ampliando para os efeitos de uma normalização também responsável produzir subjetividades adequadas à sanha da norma que não cessou de se hipertrofiar desde o nascimento da clínica.

A história desse olhar médico nos interessa por dois motivos. De um lado, porque ela reduplica as justificativas discursivas em torno na normalidade da vida. Na expressão contundente de Châtelet (2010), a clínica que pretende cuidar da vida é a mesma que nos transforma em “animais doentes do consenso”. No entanto, de outro lado, *O nascimento da clínica*, tomando as mesmas razões com as quais Foucault justificava seu intento, nos incita justamente à crítica, logo, à interposição de limites aos excessos da norma:

A pesquisa aqui empreendida implica, portanto, o projeto deliberado de ser ao mesmo tempo histórica e crítica, na medida em que se trata, fora de qualquer intenção prescritiva, de determinar as condições de possibilidade da experiência médica, tal como a época moderna a conheceu (FOUCAULT, 2004, p. XVI).

Essas duas frentes têm a ver com o que Foucault denominava estrutura. Trata-se de um termo valise a abranger o fato de que a nossa constituição é historicamente recepcionada por acontecimentos sociais, discursivos, normativos, tomados por verdades e visibilizados em práticas institucionais por meio das quais os contornos da existência se formaram como estão. A ideia de “estar” é de suma importância, pois denota que a estrutura é apenas circunscrição histórica e também historicamente será refeita e desfeita. Se assim não o fosse, como interpretar os termos finais de Foucault (2004, p. XVI) na apresentação de *O nascimento da clínica*?

O que conta nas coisas ditas pelos homens não é tanto o que teriam pensado alguém ou além delas, mas o que desde o princípio as sistematiza, tornando-as, pelo tempo afora, infinitamente acessíveis a novos discursos e abertas à *tarefa de transformá-los* (grifos nossos).

Se há tarefa de transformação, ou mesmo alguma possibilidade de transformar as coisas “ditas pelos homens”, o sentido de estrutura é mais próximo ao de diagnóstico, como a partir dos anos setenta Foucault preferia se referir à tarefa de suas pesquisas históricas. Para nós é isto que conta: tomaremos *O nascimento da clínica* como o diagnóstico de um jogo de verdade instituído pelas “coisas ditas” acerca da vida, mas que, no entanto, e ainda bem, podem ser transformadas. E, aqui, vale a perspicácia de François Delaporte (2015, p. 1517) nas *Notas* para o livro, publicada nas obras completas de Foucault: “*O nascimento da clínica* é sem dúvida o primeiro livro que Foucault consagrou à *força do verdadeiro e aos vínculos pelos quais os homens se amarram, eles mesmos, pouco a pouco na e pela manifestação do verdadeiro*”³.

Considerando esta “entrada” em *O nascimento da clínica*, na primeira parte do artigo privilegiaremos alguns elementos de nossa entrada histórica na força do verdadeiro que se dispôs por intermédio da experiência clínica como possibilidade de vínculo às normas médicas da vida. Concomitantemente, pensaremos suas consequências como atualizações do cenário contemporâneo a delinear para a vida modalidades de poderes médicos cuja politização da medicina passou a atravessar o nosso cotidiano. Em seguida, exploraremos a ideia de “anarquizar” a clínica como possibilidade de romper com seus

³ Deixamos em destaque esta parte pois Delaporte está citando Foucault na aula de 6 de fevereiro de 1980. Seguimos o texto original pois julgamos que há uma ausência na tradução portuguesa que, embora não comprometa o sentido geral, a rigor, deixa de relevar que são os homens – eles mesmos – que produzem suas verdades. Esta referência está ausente na versão traduzida por Eduardo Brandão, que assim o fez, citamos todo o contexto: “Uma história desse tipo não seria consagrada, resumindo, à força do verdadeiro e aos vínculos pelos quais os homens se amarram pouco a pouco na e pela manifestação do verdadeiro” (FOUCAULT, 2014a, p. 92). Na versão francesa: FOUCAULT, 2012, p. 98.

fundamentos, na direção da anarqueologia proposta por Foucault nas primeiras aulas de 1980. São possibilidades de resistência a esse processo e de “desatar” alguns “vínculos pelos quais os homens se amarram, eles mesmos”, que estarão em questão. Para tanto, será preciso pensarmos uma atitude de desconfiança a todo e qualquer poder, em sua origem mesma de normalização; desconfiar dos poderes sobre a vida que se construíram e se constroem em torno da clínica, colocando em questão seu fundamento (*arkhé*). A nosso ver, significa também colocar em questão as alianças entre a clínica e a biopolítica, sobretudo no horizonte da educação como produção de subjetividades normalizadoras.

Quando a norma clínica estrutura a vida

Foucault (2004, p. V), ao fornecer para *O nascimento da clínica* o tom de que “este livro trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar”, desenhou a complexa arquitetura da clínica médica que, do ponto de vista da história de suas regras, fundamentadas em saberes que a consolidaram como campo científico, passou a situar para o jogo da vida humana balizas discursivas das quais passamos a nos inscrever em uma temporalidade da qual ainda não saímos. Basicamente, uma indagação poderia ser suscitada como atravessamento crítico às normas que a clínica consolidou para a vida: há margens de escolhas e de questionamentos dentro das estruturas da verdade clínica? Se a clínica abrange a morte, o olhar sobre ela não é, a bem da verdade e antes de tudo, sobre a vida? E se assim o for, o que estaria em questão para a vida quando pensamos em dimensões para além das restrições normativas da clínica, sobretudo quando ela define a vida?

A clínica foi, pouco a pouco, sobrepondo normas de aquisição de saberes às regras de formação de percepção acerca das doenças e de tudo que pudesse, sob a fantasmagoria incontornável da morte, rondar a vida como ameaça. O olhar médico deixou de ser aquele que investigava para anunciar a ameaça eminente e localizada no corpo. Na clínica, o olhar médico, ao menos desde o século XIX, está suspenso até poder encontrar o enunciado confessado pelo próprio paciente: “o que você tem?”, “onde dói?”. Apenas a partir daí ele enxergará. Doravante, a maneira como a norma médica invade o corpo condiz com a maneira pela qual ele é instruído pelo paciente a “olhar” a sua vida, contudo, tendo previamente seu saber normalizado para poder encaixá-lo no diagnóstico como mera confirmação do saber normatizado.

Tudo isso Foucault (2000, p. 16) denominou de “especialização terciária”:

Chamar-se-á especialização terciária o conjunto dos gestos pelos quais a doença, em uma sociedade, é envolvida, medicamente investida, isolada, repartida em regiões privilegiadas e fechadas, ou distribuída pelos meios de cura, organizados para serem favoráveis.

Ora, a lógica do que favorece a clínica está aderida ao corpo normativo do olhar médico, “em que a linguagem se apoia” a fim de justificar a “relação de situação e de postura entre o que fala e aquilo de que se fala” (FOUCAULT, 2000, p. VII). No caso da experiência da *clínica*, ou melhor, da anatomoclínica, um campo de visibilidade dotado de forças incontornáveis, por conseguinte, chancelou a forma dinâmica de se

ter acesso ao indivíduo, vale repetir, conforme uma “estrutura comum que recorta e articula o que se *vê* e o que se *diz*”. Ao buscar pelos acontecimentos que a medicina clínica aportou as condições do jogo *ver-dizer*, Foucault (2000, p. 30) vai evidenciando, na persistência do tema das transformações históricas, os vetores de suporte responsáveis pela modificação das percepções de um acontecimento que “tem valor de emergência nas estruturas fundamentais” da medicina, logo, de como se normatiza a vida. Representa pensar que a experiência fundamental da “medicina da percepção individual, da assistência familiar e dos cuidados em domicílio só podem encontrar apoio em uma estrutura coletivamente controlada e que recobre a totalidade do espaço social” (FOUCAULT, 2000, p. 21), donde a implicação de se falar em suporte que, sob esta perspectiva, pode ser entendido como o lugar em que se forma um saber.

Com efeito, a lição dos hospitais traz à tona não somente um conjunto de circunstâncias a serem historicizadas dentro de vários cruzamentos sistemáticos, confusos e disformes em séries estranhas umas às outras. Mais que isso, principia a relação do saber médico como fato de que a sua centralidade “não deve mais ser apenas o *corpus* de técnicas da cura e do saber que elas requerem”, mas “um conhecimento do *homem* saudável, isto é, ao mesmo tempo, uma experiência do *homem não doente* e uma definição do *homem-modelo*” (FOUCAULT, 2000, p. 37, grifos originais). Portanto, a clínica passou a empreender novas exigências do olhar que se volta para a vida, porém, desde a virtualidade radical de um modelo a ser alcançado, distribuído em disposições normativa justificantes, forjando sentidos para os quais virtualmente devem ser obedecidos, ocupados e realizados.

Não seria exagero dizer que as normas clínicas foram a protogênese da vida a ser gestada em largos traços populacionais, sem a qual não existiriam os avanços da biopolítica. É que a medicina, “na gestão da vida humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a *reger as relações física e morais do indivíduo e da sociedade em que vive*”, ressalta Foucault em *O nascimento da clínica* (2000, p. 37, destaque nosso).

A radicalidade onipotente da clínica, com capacidade de reger corpo, moral e coletividade – “a sociedade em que vive” – implodiu o que Canguilhem (2006) considerava ser a diferença ontológica e epistemológica incontornável entre normas vitais e sociais. Se as normas vitais estavam para a própria normatividade da vida, manifestando-se na multiplicidade de suas possibilidades, numa espécie frenética de devires abertos, o ser vivo era considerado normal a partir do momento que sua vitalidade, digamos, dava conta de prosseguir em função de sua adaptação ao meio em que vivia. Ora, a imposição da clínica passou a questionar as normas vitais em função das normas sociais delineadas conforme o jogo adaptativo desenhado por uma sociedade cada vez mais demandante de funções físicas, morais e coletivas produtivas, eficientes, hábeis para a destinação rentável do ponto de vista capitalista, donde apenas corpos virtualmente capazes de redundar adesão a tal conjuntura passaram a ser considerados normais. Não podemos nos esquecer, aliás, que o nascimento da clínica também se situa, e com razão, na mesma janela histórica da revolução industrial.

Tal aspecto, Nikolas Rose (2013, p. 115) nos ajuda a compreender quando argumenta que “nossas ideias mesmas do que deve ser um ser humano normal foram possibilitadas pelos desenvolvimentos institucionais e técnicos historicamente específicos, principalmente pela biopolítica”, e nós acrescentaríamos, inicialmente, desde o nascimento da clínica. Por extensão, e hoje mais ainda, todos nós

fomos reduzidos a pré-pacientes e, “contrariamente ao humanismo de Canguilhem”,

os médicos e os conselheiros genéticos, e agora os pesquisadores genômicos e os biobanqueiros, conquistaram o direito, contra o do indivíduo que parece existencialmente bem, de definir e diagnosticar um estado de doença potencial, ou de protodoença, e ao fazerem assim, tornar tal pessoa um “pré-paciente” (ROSE, 2013, p.126).

De mais a mais, testemunhamos a transformação da nervura normativa que tem no nascimento da clínica a vontade insaciável de reduzir a normalidade vital à mera funcionalidade social. No lugar da potência em multiplicidade, a vida passou a ser esquadrihada por quadriculados bivalentes: estar ou não estar na norma, condizer a ela ou não, também é questão de vida ou morte. A experiência da clínica, para tanto, teve de consolidar o seu campo prático à guisa da expansão do olhar: “ver, isolar traços, reconhecer os que são idênticos e os que são diferentes, reagrupá-los, classificá-los por espécies ou famílias” (FOUCAULT, 2000, p. 96), com o intuito declarado de constituir novos objetos reguladores da vida, sem ignorar a implicância real com os sujeitos que podem conhecer estes objetos: “novos objetos vão se dar ao saber médico, ao mesmo tempo e na medida em que o sujeito cognoscente se reorganiza, se modifica e se põe a funcionar de uma forma nova” (FOUCAULT, 2002, p. 97). A forma nova está para o mais-valor da norma, ecoando o contexto do saber médico e de toda a sua intervenção, conforme o estofo da dinâmica da manifestação de suas verdades. Eis o ponto a que chegamos, desde então: “A medicina do século XIX”, como arquivo na nossa própria medicina, “regula-se mais, em compensação, pela normalidade do que pela saúde; é em relação a um tipo de funcionamento ou de estrutura orgânica que ela forma seus conceitos e prescreve suas intervenções” (FOUCAULT, 2000, p. 38).

Nenhuma condescendência pode haver com a variação do que esta medicina considera o bom funcionamento da estrutura orgânica por ela eleita como funcional e, desde então, reforçada para ser prescrita. O ponto sensível desse diagnóstico não é a medicina em si, mas o atravessamento da discursividade dos saberes da normalização clínica nos componentes os mais variados da vida. É assim, por exemplo, que parâmetros universais passam a ser justificados, às vezes, nem sempre para potencializar a multiplicidade de experiência em torno da vida: foi apenas em 1990 que a Organização Mundial da Saúde deixou de considerar a homossexualidade como transtorno psíquico; o DSM-V amplifica severamente os caminhos das “protodoenças” na dimensão mental: crianças que teriam “forte preferência por papéis transgênero em *brincadeiras de faz de contas ou de fantasias*”, que apresentam “forte preferência por *brinquedos, jogos ou atividades* tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero” ou que têm “forte preferência por *brincar com pares de outro gênero*”, dão sinais consistentes de “disforia de gênero” (DSM, 2014, p. 452, destaques nossos). O mesmo *Manual* consolida transtornos que precisam ser curados, tais como: Déficit de Atenção/Hiperatividade ou Transtorno do Comportamento Opositor.

Sem entrar no mérito e na complexidade de tais aspectos, o que gostaríamos de ressaltar é como há um atravessamento banal no campo da educação desta mesma vontade de normalizar, eivada pelas condições dos jogos de verdade da clínica médica. Enquanto dimensões de deficiências corporais, de modo

escandaloso, sublinham a incapacidade institucional das escolas de atuar na contranorma de suas arquiteturas, de seus dispositivos materiais padronizados – espaços, carteiras, iluminação etc. – antecipando de modo objetivo a anormalidade do corpo, por outro lado, dimensões mais subjetivas ficam sujeitas aos consensos da ordem médica, pouco afeitos à crítica ou aos modos de se pensar diferentemente o que pretendem normalizar. Comportamentos, atitudes, modalidades variáveis de articulação da fala, resposta temporal à demanda de aprendizagem, coeficientes adaptativos aos poderes disciplinares e sucessivamente são campos férteis do confisco da vitalidade em nome dos valores impostos das normas sociais. É muito mais fácil, assim, uma escola diagnosticar uma criança com hiperatividade do que constatar a falência de seus modelos educacionais e o fracasso de suas estratégias capitalistas de educar todos sob as mesmas demandas de competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e por aí adiante. Em questão está a repaginação dos modelos que residem “no núcleo daquelas formas de conduzir a nós mesmos que são consideradas normais e proveram a norma para pensar e julgar o anormal – seja na esfera do gênero, da sexualidade, do vício, da ilegalidade ou da insanidade” (ROSE, 2011, p. 14), ao que nós acrescentaríamos, na esfera do ensino, da aprendizagem, da formação, das relações humanas, das maneiras de se desejar a vida e de se viver.

Na convergência disso tudo, a criança que brinca com o que a norma social consolidou a ser brincadeira de menina, sendo do sexo masculino, se vê presa na virtualidade anormal da disforia de gênero. Logo, se concebermos as experiências lúdicas como componente relevante da educação infantil, tais experiências já estão cristalizadas pela regência normativa da clínica médica. Educar, nessa aposta, convoca a adesão permanente à conformidade de decisões médicas acerca do normal e do anormal. Traçar a média equivalente à norma passa a ser a necessidade básica de todos dispositivos responsáveis por extrair da potência subjetiva de cada a finalidade ulterior do que é conveniente à própria norma. A dimensão mimética desta vontade normativa pode ser vista em

manuais de conselhos de autoajuda, de autoestima e de autoaprimoramento: os padrões *psi* forçados à visibilidade em todos os consultórios e sessões de aconselhamento; nos modelos e simulacros de *selfs* desejáveis que servem como espelhos para reativar e refletir de volta fabricações de subjetividades às quais se pode aspirar; as imagens do eu normal – a criança normal, a mãe normal, a garota normal, o adolescente normal, o paciente normal, o trabalhador ou o gerente normal – desenvolvidas em toda e qualquer prática imaginável [...] Para ser o *self* que *nós somos*, não deve ser o *self* que *nós não somos* – não *aquela* alma desprezada, rejeitada ou abjeta (ROSE, 2011, p. 266, grifos originais)⁴

Acerca disso, François Ewald (1992, p. 202) se refere, com razão, à “inflação normativa”. Uma das coisas relevantes que aprendemos com *O nascimento da clínica* é o fato de que a medicina se constituiu

⁴ Utilizamos o pensamento de Rose acerca do que ele aborda das “disciplinas *psi*” na mesma proporção que também convém à clínica médica. Aproveitamos para mencionar que o termo “*self*” está longe de suposição de um Eu constituído ou dado. Rose usa “*self*” no sentido de sua constituição social, histórica e tramada por dispositivos de poder-saberes bem concretos, algo muito próximo à compreensão de Foucault quando menciona “sujeito”.

simultaneamente como oferta desta inflação normativa sem deixar de ser a sua própria ajuizadora de demanda. Foucault não deixará de mostra isso em pesquisas posteriores: desde o campo das ciências humanas, passando pelas ciências jurídicas, a política, a economia, a educação, a biopolítica, a correção prisional, a sexualidade e, de modo geral, pela constituição de nossa subjetividade, ali estará a normalização médica. Essa ampla amarração foi percebida assim por Carvalho (2012, p. 125):

Sendo assim, a norma se traduz como senha polivalente, cujo alcance se fia e se dispõe “como regra de conduta, como lei informal, como princípio de conformidade” (FOUCAULT, 2001b, p. 204). E, justamente por se tratar de regra, a sua razão de ser, sempre como referência que se institui de modo objetivado, confronta-se com “a irregularidade, a desordem, a esquisitice, a excentricidade, o desnivelamento, a discrepância” (FOUCAULT, 2001b, p. 204). Seja qual for o seu aparato, a norma age e reage “como regularidade funcional, como princípio de funcionamento adaptado e ajustado” (FOUCAULT, 2001b, p. 204). É desta concepção, então, que submerge todo tipo de “normal” a que se oporá o patológico, o mórbido, o desorganizado, a disfunção” (FOUCAULT, 2001b, p. 204).

Nessa trama toda da clinicalização da existência, afeita à norma que, para todos os efeitos, não abre mão da medicalização da vida, circunscrevendo-a à espaços variados, contudo, de sentidos consensuais, as experiências subjetivas também passam a ser reduzidas ao “normal”. O que é aceitável constituir-se-á na proporção da perfilização enunciável como única possibilidade irredutível ao campo das verdades normativas, por sua vez, respaldadas pelo olhar do médico que tudo pre(vê). Trata-se do prolongamento da “estrutura” da norma da vida, tal como Foucault nos permitiu conhecer a partir de *O nascimento da clínica*.

Anarquizar a clínica

Feito este percurso, passamos agora a “ler Foucault a contrapelo”, seguindo a observação de François Delaporte citada páginas atrás, afirmando que *O nascimento da clínica* é o primeiro livro no qual o filósofo ocupa-se com o problema do verdadeiro e como os seres humanos se enredam nas manifestações da verdade (*aleurgia*). Isto é, partiremos do olhar de Foucault em seu curso de 1980 (*O governo dos vivos*) para reler suas análises sobre a clínica feitas 17 anos antes, de modo a colocar em evidência um tom de desconfiança com todo e qualquer poder e manifestação do verdadeiro, que governa os seres humanos. Sabemos não ser essa uma prática usual, mas parece-nos que ela pode ajudar a revelar perspectivas interessantes para uma leitura crítica de nosso presente, em especial no campo da Educação.

Antes de iniciar a leitura a contrapelo, porém, algumas considerações breves sobre o enigmático curso de 1980 que, como se sabe, abriria o leque de estudos das práticas de si, que Foucault seguiria nos próximos anos. Como era comum em suas aulas no Collège de France, ao comunicar os resultados de sua pesquisa em curso, o filósofo preocupava-se em deixar sua audiência a par de suas mudanças de rumos, mobilizadas muitas vezes por achados durante o percurso. Das 12 aulas deste curso, as cinco primeiras são dedicadas

particularmente aos comentários metodológicos e conceituais. Apenas na quinta aula começa a ser explorado o tema do ano, as práticas de si do primeiro cristianismo e, ainda assim, parte significativa dela foi ainda utilizada para as precisões metodológicas. Neste percurso, vários conceitos foram trabalhados, com centralidade para a noção de *aleurgia*, a manifestação do verdadeiro como parte intrínseca da prática do poder, explorada em uma análise comparativa da tragédia *Édipo Rei* (século V antes da Era Comum) com a ornamentação da sala de atos do imperador Sétimo Severo, na passagem do século II para o século III da Era Comum.

Até aqui Foucault não se havia cansado de afirmar os estreitos e intrínsecos laços entre os saberes e os poderes, esforçando-se por evidenciá-los em distintos momentos e situações; mas aqui ele vai além: já não se trata simplesmente de afirmar que há conhecimentos que são necessários ao exercício do poder e que tal exercício, por sua vez, produz outros saberes. Mais do que isso, é importante demarcar que há um tipo de manifestação do verdadeiro que é intrínseco ao exercício do poder (FOUCAULT, 2014a, p. 6-7). Para caracterizar esse tipo de manifestação ele propõe cunhar uma nova palavra, a partir de um adjetivo usado por um obscuro gramático grego antigo; ele propõe o substantivo *aleurgia*, compreendido como:

[...] o conjunto dos procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento, e dizer que não há exercício do poder sem algo como uma *aleurgia*. (FOUCAULT, 2014a, p. 8)

Impossível não identificar no vocábulo *aleurgia* uma espécie de junção entre duas outras palavras: *aletheia*, palavra grega que designa a verdade como o não-oculto, e *liturgia*, ritual religioso. *Aleurgia* seria, pois, uma manifestação ritualística do verdadeiro, uma forma de fazer manifestar a verdade. Foucault comenta que ela aparece no processo que ele vinha desenvolvendo desde os anos anteriores, quando procurou desenvolver em sua prática investigava um deslocamento da analítica saber-poder para uma análise sobre como os seres humanos são governados pela verdade (FOUCAULT, 2014a, p. 12-13). Se nos dois cursos anteriores ele havia trabalhado a substituição da noção de poder pela noção mais ampla e mais flexível de governo, compreendido como a direção das condutas humanas, era chegada a hora de desfazer-se da noção de saber em proveito da noção de verdade. Tudo isso fazendo sentido no contexto do amplo projeto que ele colocou em marcha desde os anos 1960, de deslocar-se das análises centradas na ideologia, por ele consideradas reducionistas, para encontrar operadores analíticos mais amplos, capazes de compreender a multiplicidade de elementos envolvidos nos fenômenos estudados. Tratou-se sempre para ele, pois, de ir ampliando os horizontes, de modo a ver cada vez mais longe e cada vez de forma mais complexa, sem reducionismos.

Outro ponto importante na noção de *aleurgia* é que ela abre a dimensão dos processos de subjetivação, que doravante serão o foco das atenções de Foucault. Conforme ele destaca, ao concluir a análise de *Édipo Rei* como jogo de relações de poder:

E a manifestação da verdade, como a peça de Sófocles mostra, não pode ser [completa], o círculo da aleturgia somente será inteiramente fechado quando esse círculo passar por indivíduos que podem dizer “eu”, pelos olhos, as mãos, a memória, o testemunho, a afirmação dos homens que dizem: eu estava lá, eu vi, eu fiz, eu dei com minhas próprias mãos, recebi em minhas próprias mãos. Portanto, sem esse ponto do que poderíamos chamar de subjetivação, no processo geral e no ciclo global da aleturgia, a manifestação da verdade permaneceria inacabada. (FOUCAULT, 2014a, p. 68)

Afirmar que os seres humanos são governados pela verdade equivale a dizer que eles são subjetivados, são constituídos como sujeitos que agem, através das múltiplas relações que estabelecem com o verdadeiro. Essa constatação já nos coloca na direção indicada por Delaporte do vínculo da aleturgia com a manifestação do verdadeiro aberta em *O nascimento da clínica*; porém, há ainda um elemento importante a destacar para nossa própria leitura a contrapelo. Ao expor a nova fase de seus sucessivos deslocamentos analíticos, na aula de 30 de janeiro de 1980 Foucault introduziu um novo ingrediente, que ele denominou como uma “atitude anarqueológica”, como uma anarqueologia⁵, jogando com as palavras arqueologia, tão explorada metodologicamente por ele, e anarquia/anarquismo, evidenciando um pensamento e ativismo social em relação ao qual ele se manifestou em distintas ocasiões. Tal atitude foi assim apresentada:

É uma atitude que consiste, primeiramente, em se dizer que nenhum poder é um dado de fato, que nenhum poder, qualquer que seja, é incontestado ou inevitável, que nenhum poder, por conseguinte, merece ser aceito logo de saída. *Não há legitimidade intrínseca do poder* [...] não há nenhum direito universal, imediato e evidente que possa em toda parte e sempre sustentar uma relação de poder, qualquer que seja. Digamos que se o grande procedimento filosófico consiste em estabelecer uma dúvida metódica que suspende todas as certezas, o pequeno procedimento lateral e na contramão que proponho a vocês consiste em tentar fazer intervir sistematicamente, não a suspensão de todas as certezas, portanto, mas a não-necessidade de todo poder, qualquer que seja. (FOUCAULT, 2014a, p. 72, destaque nosso)

Após um longo percurso investigativo sobre as relações saber-poder que primeiro lançou o foco no primeiro elemento e depois no segundo, Foucault chega a esta postura de desconfiança intrínseca de todo e qualquer poder⁶ – e, talvez, possamos afirmar que ela pudesse também ser colocada como uma desconfiança de todo e qualquer saber. A anarqueologia pensada por Foucault lança seu olhar sobre as manifestações do verdadeiro (aleturgias) que, por sua vez, encontram-se inseridas em regimes de verdade, que são sempre

⁵ Para aprofundar a compreensão da anarqueologia, além do curso de Foucault sugerimos o livro de Maite Larrauri (2018), *Anarqueología – Foucault y la verdad como campo de batalla*, uma interessante leitura da obra de Foucault sob essa ótica; o texto de Nildo Avelino (2011), *Foucault e a anarqueologia dos saberes*, publicado como introdução a um conjunto de excertos do curso de 1980 escolhidos e traduzidos por ele, antes da publicação integral do curso; e o capítulo de Sílvio Gallo (2017), *De la anarqueología como operador metodológico*, em que é explorada sua dimensão de metodologia investigativa.

⁶ Tal desconfiança pelo poder já se mostra em 1976, quando Foucault prefaciou a publicação da tradução estadunidense *O Anti-Édipo*, de Deleuze & Guattari. Ao apresentar a obra como um livro de ética, que colocaria uma série de preceitos para uma vida cotidiana avessa aos fascismos, um dos princípios elencados era: “não se apaixonem pelo poder”. O texto do prefácio, intitulado “Uma introdução à vida não fascista”, foi retomado no volume III dos *Dits et Écrits*.

múltiplos em uma dada formação histórica. O filósofo afirma, na aula de 06 de fevereiro de 1980, que o problema não estaria em fazer uma anarqueologia que mostrasse as relações dos poderes políticos com os saberes, mas sim que “o problema seria estudar os regimes de verdade, isto é, os tipos de relações que vinculam as manifestações de verdade, com seus procedimentos, aos sujeitos que são seus operadores” (FOUCAULT, 2014a, p. 91). Diferenciando a analítica dos regimes de verdade da análise de tipo ideológico, ele cita como exemplo algo bem conhecido, a coexistência da química (conhecimento científico) com a alquimia (saber de outra natureza); o vínculo entre os sujeitos e a manifestação da verdade científica na química são distintos em relação àquele que opera entre os sujeitos e a manifestação da verdade na alquimia. É impossível estar-se nos dois regimes de verdade ao mesmo tempo, há que se optar por um deles. Por outro lado, se um dos regimes pode se impor sobre o outro, foi por conta de uma série de jogos de poder e de verdade, não por uma legitimidade intrínseca que ele teria.

Tais são os elementos que precisamos ter em conta para voltar ao *Nascimento da clínica* com este olhar desconfiado. Mas precisamos dizer que a leitura a contrapelo que aqui propomos já foi, de algum modo, estimulada e realizada pelo próprio Foucault; ainda nas aulas de 1980, ao apresentar a anarqueologia, ele não o faz como um novo aporte metodológico, mas afirma que foi isso que ele praticou em seus estudos anteriores, dando dois exemplos. O primeiro, dizendo que fez um estudo de tipo anarqueológico da loucura, em lugar de um estudo de tipo ideológico; o segundo, afirmando que fez o mesmo no estudo em torno do crime e da punição. Ora, o filósofo estava dizendo ao seu público no Collège de France que, embora não tivesse dado este nome, havia praticado uma anarqueologia já desde o final dos anos 1950 e início da década de 1960, quando produziu a *História da Loucura*, tendo dado continuidade a tal procedimento ao longo dos anos 1970, com os estudos que levariam a *Vigiar e Punir*.

Para ficar apenas no primeiro exemplo, assim ele resumiu as diferenças entre uma análise de tipo ideológico e uma analítica anarqueológica:

[...] à série categoria universal–posição humanista–análise ideológica e programação de reforma, se opõe uma série que seria [...] recusa dos universais–posição anti-humanista–análise tecnológica dos mecanismos de poder e, em vez do programa de reforma, remeter para mais longe dos pontos de não-aceitação. (FOUCAULT, 2014a, p. 74)

Frente a este comentário de Foucault, perguntamos: não seria *O nascimento da clínica* também passível de uma leitura anarqueológica, que recusasse os universais, o humanismo e a ideologia? Não poderíamos tomar a clínica médica em paralelo a uma analítica do par crime/punição como uma analítica do par doença/tratamento? Um tal procedimento não nos levaria a olhar a norma com outros olhos? Em outras palavras, uma leitura a contrapelo de *O nascimento da clínica* nos possibilita exercitar uma desconfiança da norma e dos procedimentos de normalização, um questionamento de sua legitimidade, visto não haver qualquer legitimidade intrínseca, qualquer fundamento universal, sendo ela nada mais do que uma imposição social. Na parte final deste artigo, ensaiaremos algumas possibilidades nesta direção.

Desconfiar da norma, em defesa de vidas outras

Nas orelhas da quinta edição brasileira de *O nascimento da clínica* encontramos um comentário perspicaz de Roberto Machado (in FOUCAULT, 1998, s.p.):

Ao nível institucional uma nova articulação se evidencia: o hospital – até então órgão de assistência ao pobre e de preparação para a morte – torna-se local privilegiado de exercício da medicina tanto do ponto de vista da cura quanto do ensino. Nele, a saúde substitui a salvação.

Deslocamento histórico, portanto, da medicina clássica – que tem como objeto a doença considerada como essência abstrata – para a medicina clínica – um saber sobre o indivíduo como corpo doente exigindo uma intervenção que dê conta de sua singularidade. Ao mesmo tempo, uma mutação paralela e complementar se delineia: o nascimento de uma medicina do espaço social, a consciência explícita da doença como problema político e do médico como autoridade administrativa fundada na competência de seu saber.

Ora, a observação de Machado vem em apoio à nossa proposta de leitura; *O nascimento da clínica* evidencia também o abandono de uma posição universal da medicina clássica e humanista em nome de uma recusa dos universais e uma ênfase nas singularidades, numa perspectiva anti-humanista e, assim, podemos também incluí-lo em uma “postura anarqueológica”. Com sua leitura “anarqueológica” da clínica, Foucault abre novas perspectivas de pensar e compreender esse fenômeno que, por sua vez, produziu novos efeitos e tecnologias de saber e de poder. Mas, o que Foucault não exercitou no livro publicado sessenta anos atrás é a postura radical, embora embrionária, de desconfiança em relação àquele poder médico que então se erigia. Ele destacou os efeitos desta articulação saber-poder; porém, apenas seu olhar de 1980 colocaria em evidência a postura desconfiada da legitimidade de tais saberes e poderes que foram estudados na obra de 1963. E é este ponto que queremos evidenciar.

Se a norma erigi uma sociedade moderna que seria depois nomeada como sociedade disciplinar, centrada nas instituições que confinam indivíduos e os transformam em sujeitos, é preciso levar em conta que essa positividade implica também em formas de controle, em formas de subjetivação das quais podemos – e devemos – desconfiar e mesmo recusar⁷. Hoje, talvez mais do que nunca, é preciso exercitar essa atitude de desconfiança em relação a todo poder, questionando a clinicalização da existência e a medicalização da vida.

Ainda mais: em *Vigiar e punir* Foucault advoga que a tecnologia que permitiu a emergência de uma pedagogia científica, legitimada e sustentada por esse cânone moderno, foi justamente aquela do exame, deslocado da prática médica da clínica para o ambiente escolar. Sabemos que na escola o funcionamento do exame é distinto, mas é ele que garante uma “troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre” (FOUCAULT, 1991, p.

⁷ Em *O sujeito e o poder* (texto de 1982) Foucault chama a atenção para a necessidade de “recusar o que somos”. Ver FOUCAULT, 2014b, p. 128.

166). Há, assim, uma continuidade da clínica à escola, marcando modos de se lidar com os saberes e as circulações de poderes; assim como se construiu uma cientificização da prática médica, o mesmo se fez com a prática educativa, sendo que a norma, os processos de normalização, atravessaram – e seguem atravessando – a ambas. O problema é que tais práticas se institucionalizaram e se legitimaram, sem que fossem levantadas suspeitas sobre elas, afinal, eram – e são – “científicas”; ou, se suspeitas foram levantadas, foram sempre deixadas de lado, frente à força do poder de verdade da ciência. Tanto a clínica quanto a escola são atravessadas por suas aleturgias, que não são poucas: o modo de se vestir dos médicos, seu linguajar, sua escrita; a conformação dos espaços escolares; os livros didáticos; as brincadeiras nos pátios, para citar apenas algumas, em um e noutro caso. Em ambos os espaços as manifestações do verdadeiro estão por todos os lados, produzindo subjetivações, fazendo com que sejamos da forma que somos.

De modo especial, como temos tentado enfatizar neste texto, o atravessamento entre a clínica e a escola tem se materializado na forma de processos de produção de laudos de estudantes que escapam, de algum modo, à norma, para que eles possam ser identificados, “tratados” e, finalmente, normalizados. A força deste processo vem, sobretudo, de como o neoliberalismo coloniza os processos educativos contemporâneos, controlando-os através das avaliações de larga escala, de modo que os processos de normalização façam com que as ações possam ser estabelecidas sobre os grupos populacionais, como exploramos, por exemplo, em CARVALHO; GALLO, 2020. A clinalização da existência e a medicalização da vida, especialmente das vidas de estudantes, é o braço central deste processo de normalização. Dois elementos, pois, dos quais é necessário desconfiar: o regime científico da clínica e da escola; e o regime de verdade neoliberal, que se vale do primeiro em sua própria afirmação.

Por essa razão, compreender a norma e decifrar os processos de sua introdução e operação nos meios escolares é algo de fundamental importância, mas insuficiente. Para além de compreender tais processos, é preciso exercitar a coragem de deles desconfiar, de denunciar sua ilegitimidade, de não se deixar apaixonar por esses poderes, de colocar a nu as aleturgias que buscam garantir seu poder de verdade. Para dizer de modo breve, anarquizar a clínica, anarquizar a escola. Recusar seus fundamentos, desnudar suas aleturgias. Sabemos que isso não é nada simples, frente à força com que tais regimes de verdade nos são impostos; mas é uma atitude necessária, caso não queiramos simplesmente sucumbir a esses poderes que direcionam nossas condutas e nos fazem ser o que somos – engrenagens de sua maquinaria, seus tentáculos a abraçar todos aqueles que habitam as instituições escolares de qualquer natureza. Colocar sob suspeita os processos de normalização, de clinalização das existências, de medicalização das vidas que escapam é a atitude necessária para fazer frente a estes processos, para que sejamos capazes de afirmar vidas outras, para que processos educativos possam ser múltiplos, na contramão da massificação. Afirmar vidas outras é também desconfiar dos jogos biopolíticos que operam em nossas instituições. Em suma: se com Foucault aprendemos a compreender esses processos históricos nos quais estamos envolvidos, com ele também aprendemos que é possível – e necessário – resistir a eles, produzir contracondutas ali mesmo onde as condutas são conduzidas com toda a força.

Tal é a lição que obtemos com uma leitura a contrapelo de *O nascimento da clínica*, feito pelos olhos de Foucault em 1980, exercitando a atitude anarqueológica, que afirma a não-necessidade e a ilegitimidade de todo e qualquer poder.

Referências

- AVELINO, Nildo. Foucault e a anarqueologia dos saberes. In Michel Foucault. *Do governo dos vivos* (excertos) – organização de Nildo Avelino. 2ª ed. ampliada. São Paulo/Rio de Janeiro: CCS/Achiamé, 2011. p. 17-37.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e a potência normativa do saber no campo da educação. *Revista Educação Temática Digital – ETD*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 121-140, jan./jun., 2012, DOI <https://doi.org/10.20396/etd.v14i1.1244>.
- CARVALHO, Alexandre Filordi; GALLO, Sílvio. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. *Mnemosine*, vol. 16, nº1, p. 146-160 (2020) – Parte Especial - Artigos. DOI: 10.12957/mnemosine.2020.52688.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHÂTELET, Gilles. *Les animaux malades du consensus*. Clamecy: Lignes, 2010.
- DELAPORTE, François. Notice. Naissance de la clinique. In: Michel Foucault. *Œuvres I*. Paris: Gallimard, 2015, p. 1513-1525.
- DSM – IV. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. In: American Psychiatric Association (Org.). Porto Alegre: Artmed, 2014.
- EWALD, François. Michel Foucault et la norme. In: Luce Giard (Org.). *Michel Foucault: Lire l'œuvre*. Grenoble: Jérôme Millon, 1992. p. 201-221.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. Préface (trad. F. Durand-Bogaert), in Deleuze (G.) et Guattari (F.), *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. In: *Dits et Écrits III (1976-1979)*. Paris: Gallimard, 1994. p. 133-135.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France, 1979-1980*. Paris: Ehes/Gallimard/Seuil, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *O governo dos vivos*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: *Ditos e Escritos X*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b, p. 118-140.

GALLO, Silvio. De la anarqueología como operador metodológico. In. Óscar Pulido Cortés; Óscar Orlando Espinel Bernal (coord.). Formas y expresiones metodológicas en el último Foucault. Tunja: Editorial UPTC, 2017. p. 43-73.

LARRAURI, Maite. Anarqueología – Foucault y la verdad como campo de batalla. Madrid: Enclave de libros, 2018.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos selfs. Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROSE, Nikolas. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

Submetido: 13/09/2023

Aceito: 13/11/2023